

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025 /28527	24450 /2025	Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Unidade Administrativa

DU - DPE [ENTRADAS]

Propósito

Expediente Geral \ DU - Despacho com proposta de decisão

Órgão/Cargo que resolve

Diretor Municipal - António José Zamith Soares Rosas

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para efeitos de decisão e tendo em consideração a informação técnica, remete-se o assunto à Divisão de Procedimentos Urbanísticos para que seja solicitado o parecer à Unidade de Saúde Local e à Unidade de Arqueologia para aferir da submissão do PATA. Dê-se conhecimento à requerente da presente informação.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Solicitem-se os pareceres e dê-se conhecimento à requerente da presente informação.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 24450/2025

REQUERIMENTO: 2025-E-RE-12801 / 06/06/2025 18:10

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua Marcelino Sá Pires, Braga

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. Identificação da pretensão:

1.1. A requerente da pretensão tem a denominação social de Lusíadas Norte, S. A. e é uma pessoa coletiva com o n.º 501 483 691, com sede na Rua Quinta do Pinheiro, 5; Carnaxide;

1.2. De acordo com o número 2, do artigo 4º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 555 de 16 de dezembro 1999 na sua atual redação:

1.2.1. A requerente vem solicitar num **pedido de licenciamento de** obras de alteração (de compartimentação interior e fachadas) e ampliação de edifício destinado a **Clínica de Ambulatório**.

1.3. A pretensão insere-se nas descrições do registo predial n.º 293/20040708, matriz urbana 1154, com 4375 m2 em nome da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

2. Instrumentos de gestão em que se insere:

2.1. O terreno objeto da pretensão está abrangido pelo Regulamento do Plano Diretor de Braga (Aviso n.º 11741 de 14 de outubro de 2015):

2.1.1. Planta de ordenamento:

- Classificação e Qualificação do solo: solo urbanizado - Espaço central - UOPG 14

- Estrutura Ecológica Municipal: Estrutura Verde Complementar

- Hierarquia Administrativa da Rede Viária: Via acesso local (a poente)

- Hierarquia Funcional da Rede Viária: Via acesso local (a poente)

- Rede ciclável: sem classificação

- Sistema Patrimonial: Património Classificado - Zona Especial de Proteção

- Sensibilidade ao Ruído: zona mista

2.1.2. Planta de Condicionantes:

- Condicionantes Gerais: Património Classificado - Zona Especial de Proteção

- Reserva Agrícola Nacional: sem condicionantes

- Reserva Ecológica Nacional: sem condicionantes

- Risco de incêndio: sem condicionantes

3. Instrução do processo:

3.1. De acordo com o disposto no anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro o pedido encontra-se devidamente instruído.

4. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública ou outros condicionalismos:

4.1. A pretensão insere-se em área de Património Classificado, Zona Especial de



Proteção pelo que foi solicitado parecer à Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia, que se pronunciou pela Proposta de resolução PR/2025/19235 da qual consta a informação 2025-14887;

4.2. Pela razão mencionada no ponto anterior foi solicitado parecer à Direção Regional de Cultura do Norte que emitiu, via CCDRN, parecer favorável no âmbito da arquitetura e parecer condicionado no âmbito da análise de arqueologia.

5. Antecedentes identificados:

5.1. Processo 185/URB-PED/15;

5.2. Processo 63/2013 de onde consta o Alvará de utilização n.º 63 de 21 de março de 2013 para Consultórios Médicos e Postos de Recolha de análises clínicas com o CAE principal 26 220 – atividades de prática médica de clínica especializada em ambulatório.

6. Requisitos legais e regulamentares ou específicos a considerar:

6.1. Parâmetros urbanísticos:

6.1.1. área do terreno: 4375m²;

6.1.2. área de construção existente: 1345m²;

6.1.3. área de construção a ampliar (legalização): 112,02m²;

6.1.4. área de construção a ampliar: 31,90m²

6.1.5. área de construção proposta: 1488,92m²;

6.1.6. área de implantação existente: 949m²;

6.1.7. área de implantação a ampliar (legalização): 81,90m²;

6.1.8. área de implantação a ampliar: 15,95m²

6.1.9. área de implantação proposta: 1046,04m²;

6.1.10. área de impermeabilização: 1140,10m²

6.1.2. Número de pisos: 1 piso abaixo da cota de soleira e 2 pisos acima da cota de soleira;

6.1. De acordo com o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (Aviso n.º 11741 de 14 de outubro de 2015):

6.1.1. De acordo com o artigo 65º:

6.1.1.1. Atendendo à solicitação “Clinica de Ambulatório” não se considera uma alteração ao uso existente se não apenas a sua atualização que se insere no mesmo normativo legal. A referida tem enquadramento na subalínea iii), da alínea b), do número 2;

6.1.1.2. A pretensão mantém as relações volumétricas com os confinantes e respeita o disposto nas alíneas c) e d), do número 2;

6.1.1.5. A pretensão apresenta um índice de impermeabilização de 32,37% pelo que respeita o disposto na alínea e), do número 2;

6.1.2. De acordo com o disposto na subalínea ii), da alínea f), do número 1, do artigo 27º, as ampliações são admitidas;

6.2. No que se refere ao número de lugares de estacionamento, atendendo a que a ampliação é muito pequena (31,90m²) sendo a área muito inferior a 50% face à área existente;

6.3. De acordo com o Código Regulamentar do Município de Braga:

6.3.1. A proposta respeita os pressupostos definidos no artigo B-1/47º;

7. Articulação com outros regimes:

7.1. De acordo com o Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de agosto na sua atual redação, o processo encontra-se instruído com peças escritas, peças desenhadas e termo de responsabilidade do autor do projeto pelo que a câmara municipal está dispensada da sua apreciação;



7.2. De acordo com o artigo 7º do Decreto-lei n.º 127/2014 de 22 de agosto na sua atual redação, a presente operação urbanística é objeto de parecer:

7.2.1. Da autoridade de saúde pública territorialmente competente (alínea a), do número 2);

7.2.2. Da ANEPC no que respeita a medidas de segurança contra riscos de incêndio (alínea b), do número 2).

8. Proposta de decisão:

8.1. Face ao acima exposto, remete-se o pedido a análise:

8.1.1. Da Unidade de Saúde Local;

8.1.2. Da Unidade de Arqueologia atendendo a que, entretanto, foi solicitado o PATA via “Portal do Arqueólogo”;

8.2. Dê-se conhecimento à requerente da presente informação.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

